

Programado ajuste fiscal de 3% do PIB

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A equipe econômica do novo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quer promover já no primeiro ano de governo, um ajuste fiscal de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), que equivale a cerca de R\$ 13 bilhões. A maior parte do dinheiro será utilizada para cobrir gastos públicos a fim de dar ao Banco Central maior liberdade para fazer política monetária e cambial. Uma parcela dos recursos, que poderá chegar à R\$ 4 bilhões, será utilizada como investimento para estimular o crescimento econômico do Brasil.

Fernando Henrique Cardoso, que participou no seminário "Brasil e as Tendências Política Econômicas Contemporâneas", disse que vai utilizar em 1995 cerca de R\$ 4,5 bilhões de recursos obtidos com a venda de empresas estatais para garantir o equilíbrio das contas. E foi além: "Só as empresas do setor elétrico têm patrimônio de R\$ 40 bilhões".

O ex-ministro da Economia do Chile, Alejandro Foxley, um dos mais prestigiados conferencistas do encontro, desaconselhou a venda das estatais para cobrir déficit do governo. Ele acha que usar esses recursos é deseducativo e man-

dou um recado a Fernando Henrique: "O governo que assume tem capital político, tem que apostar no aumento dos impostos. Quem paga, terá de pagar mais e quem não paga, precisa começar a pagar". E emendou: "Não acredito em recuperação da capacidade tributária do Estado feita de forma gradual".

RECURSOS INSUFICIENTES

O secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, inscrito para falar depois de Foxley, respondeu de forma direta: "Não tenho escrúpulos em usar recursos da privatização para fazer caixa. Os nossos recursos tributários são insuficientes para equilibrar as contas".

Um dos principais colaboradores de Fernando Henrique Cardoso, que também esteve no seminário, disse a este jornal, sem querer se identificar, que nesse primeiro ano de governo o ajuste fiscal deverá ser feito com aumento de arrecadação, cortes de gastos e com essa parcela de R\$ 4,5 bilhões da privatização. O dinheiro da privatização será utilizado para compensar a perda de receita pelo fim da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

REFORMA AMPLA

O governo quer mesmo promover uma reforma tributária ampla, admitida pe-

lo próprio Fernando Henrique. "Vou tentar aprovar no Congresso", disse a este jornal, sem entrar no mérito se essa reforma implicaria aumento de alíquotas de impostos, como sugeriu Alejandro Foxley. O assessor direto de Fernando Henrique sustenta que pode haver, até mesmo com essa reforma, uma redução de alíquotas de impostos. "Queremos ampliar o número de contribuintes por meio, por exemplo, de um combate à sonegação", disse esse auxiliar.

Apesar de uma certa dose de otimismo dos economistas do governo em vencer a batalha do ajuste fiscal para consolidar o real, há economistas de nome internacional que tratam o tema com cautela. O doutor em economia da University of Berkeley, Albert Fishlow, lembrou as dificuldades de qualquer governo que esteja passando por um processo de estabilização em promover cortes de gastos e mudanças constitucionais destinadas a alterar estruturas como as da Previdência Social. Tudo isso para equilibrar as contas públicas. "O Plano Cruzado fracassou por falta de um ajuste fiscal em razão das dificuldades constitucionais", disse Fishlow. E, sobre o atual plano, disse que "a menos que haja limitação de gastos,

ficará claro que a política não vai funcionar".

Essa limitação dos gastos com aumento de receitas para a União foi tema de análise de mais dois economistas que já estiveram no governo tentando acabar com a inflação. "Não devemos mais pegar atalhos, o caminho é construir uma poupança para o setor público. Se isso não for feito agora, mais tarde esse ajuste será muito mais forte", disse Antônio Kandir, ex-secretário de Política Econômica e um dos pais do Plano Collor.

O ex-ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, acredita que essa poupança do setor público pode ser feita com aumento de 25 para 28% da carga tributária.

SECRETARIADO — O governador eleito do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), anunciou na sexta-feira os nomes dos futuros secretários das pastas de Indústria e Comércio, Educação e Fazenda, informou a Agência Globo. Para a Secretaria da Educação será nomeado o deputado distrital pelo PPS Carlos Alberto Torres; para a Educação, o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Antonio Ibanes; e a Fazenda será ocupada por Wasni de Roure, deputado distrital do PT. A vice-governadora eleita, Arlete Sampaio, vai ocupar a Coordenadoria das Administrações Regionais das cidades-satélites. As outras nomeações serão anunciadas nesta segunda-feira.